



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM E DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

26 de março de 2013

Ao quinto dia do mês de abril do ano de dois mil e onze, às dez horas, teve início no Auditório “Elmo Amador”, na sede da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara, situada à BR-493, quilômetro 12,8, município de Guapimirim, a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Guapimirim. Maurício agradeceu a presença e o esforço de todos para participarem da reunião. Foram distribuídos materiais para os presentes: jornal do Ministério do Meio Ambiente sobre a IV Conferência Nacional de Meio Ambiente, calendário 2013 do ICMBio e cartazes. As pessoas então se apresentaram, já que devido à troca de gestores municipais, muitos representantes das prefeituras nunca haviam participado desse conselho. Mauricio explicou a pauta, e em seguida explanou aos novos participantes que existe uma gestão integrada entre a APA Guapimirim e a ESEC Guanabara, onde toda a equipe, recursos financeiros, recursos humanos estão para fazer a gestão dessas duas UCs sem distinção, com objetivo de conservar os ecossistemas da região, usando os instrumentos de uma UC de proteção integral e de uma UC de uso sustentável, e que há duas chefias. Continuou dizendo que recentemente houve mudança da chefia da APA, que na última reunião do conselho Breno fez a sua veio se despedir. Mauricio resgatou o histórico de pressão sobre a chefia da APA para uso do rio Guaxindiba para transporte de materiais pesados para o Comperj, e que depois que a tempestade passou, Breno se sentiu tranquilo para se licenciar para o doutorado, que ele já queria fazer há algum tempo, e que Mauricio, que já era chefe da ESEC, de forma natural passou a ser chefe da APA. Maurício apresentou então o Klinton, que veio para assumir a chefia da ESEC, e que é analista ambiental de carreira, com experiência de chefia, e é antropólogo, que diversifica o leque multidisciplinar da equipe. Klinton se apresentou – disse que é analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente, que nos últimos anos trabalhou em Brasília, que nos últimos três anos vinha coordenando um programa do MMA que apóia projetos – PDA, que já apoiou projetos aqui, que com a saída de Breno

surgiu a oportunidade de assumir chefia da ESEC, para a qual ele estava nomeado desde fevereiro, que a ideia é manter o modelo de gestão compartilhada, que é reconhecido em todo o ICMBio como uma forma de gestão de sucesso, que já trabalhou com Mauricio no Ministério do Meio Ambiente. Klinton continuou dizendo que espera ter uma boa relação com os conselheiros, e que este conselho, assim como o modelo de gestão integrada, também é reconhecido em todo o ICMBio como sendo de sucesso, representativo, que tem um papel importante para a gestão, diferente de outros conselhos pelo país. Ele se falou que é historiador e antropólogo, e que desde a graduação se envolveu na área ambiental, que estava há quase dez anos no MMA, e que tem muito a aprender aqui, e que vai ter humildade de perguntar quando não souber alguma coisa, mas que também tem uma bagagem que acredita poder contribuir com essas UCs, que no PDA apoiou construção de vários conselhos e com isso teve uma visão ampla sobre esse tema. Ele reforçou que aqui é uma casa aberta, que todos são bem-vindos para dar sugestões, frequentar, tirar dúvidas, aprender. Klinton adicionou que como parte da gestão integrada, o chefe da APA é chefe substituto da ESEC e vice-versa, com intenção de reforçar a integração entre as duas UCs e de não deixar as UCs sem resposta. Juliana inicia a apresentação sobre conselho gestor, em consideração ao grande número de novos conselheiros, Ela colocou que a gestão ambiental acontece em territórios, diversos em vários aspectos além da biodiversidade, que envolve mediação de interesses e conflitos, que de acordo com a Constituição Federal, o dever de proteger o meio ambiente é de responsabilidade compartilhada entre poder público e sociedade, que a lei 9985/2000 exige a participação das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, também prevê a integração da gestão das UCs com as políticas públicas de terras e águas circundantes, e impõe a obrigatoriedade de conselhos para todas as categorias de UCs, que de acordo com o mapa estratégico do ICMBio, deve-se consolidar a gestão participativa em todos os níveis e há a instrução normativa 11/2010, com diretrizes, normas e procedimentos para a criação dos conselhos das unidades de conservação federais, que o conselho gestor de uma UC é o principal instrumento da gestão participativa da unidade, junto com o Plano de Manejo, faz parte da estrutura da unidade, deve ter representação de todos os setores que se relacionam com a unidade de conservação e deve ser, preferencialmente, paritário entre órgãos públicos e sociedade civil, e aproveitou para informar que na próxima reunião haverá a alteração da composição do conselho pois a composição atual completará dois anos. Juliana continuou dizendo que os conselhos devem seguir os princípios da legalidade, legitimidade, representatividade e paridade; ela destacou alguns dos papéis dos conselhos

de uma UC, e por fim apresentou a composição atual dos conselhos da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara. Maurício destacou que esta reunião contava com uma das maiores participações já ocorridas, com representantes de vários setores da sociedade civil, das prefeituras, da academia, e que sentia falta da presença do Inea, dos órgãos estaduais. Maurício resgatou a pauta para os participantes que chegaram atrasados, e em seguida reforçou as atribuições do conselho, e disse que é sempre colocado em questão se as APAs realmente conseguem cumprir o papel de conservar a biodiversidade; ele contou que esteve recentemente em seminário nacional de APAs, onde tinham gestores do Brasil inteiro, e que é uma das conclusões do evento é que APA sem conselho e sem plano de manejo não tem gestão, que o conselho é a alma da UC, que foram apresentadas vários exemplos de como conselhos têm sido importantes em diferentes aspectos, como em análise de empreendimentos, e que o este conselho também tem tido esse papel. Em seguida Maurício passou para o próximo ponto de pauta, pedindo para as representações municipais apresentassem as ações e ideias da secretaria que representa e que tinham a ver com a região da APA Guapimirim. Regina Nascimento, que é coordenadora de projetos da Secretaria de Meio Ambiente de São Gonçalo, disse que o atual governo está com nova gestão, novo partido, que se conseguiu verba junto com Inea para revitalização de rios, com dragagem dos rios Alcântara, Guaxindiba e o Imboçu, com valor de 456 milhões de reais, incluindo desapropriações; a APA do Engenho Pequeno, que está totalmente degradada, assim com o parque, deverão ser recuperados, foi feita uma parceria com UERJ para planos de manejo com recurso federal, que de acordo com SEA dinheiro tem bastante, falta é projeto e por isso estavam fazendo capacitação técnica porque não tem como fazer projetos sem técnicos competentes. Ela continuou dizendo sobre o Projeto Plantar, com espécies nativas, que vistorias freqüentes tem sido feitas na área de Itaoca pois está vindo projeto Cidade da Pesca, que tem a ver com APA Guapimirim; estão iniciando Projeto Orla. Disse ainda que há manguezais no municípios que a APA Guapimirim não abrange e que estão planejando uma unidade de conservação para a área; em relação aos licenciamentos, que estão revendo os processos, fazendo vistoriais e conduzindo termos de ajustamento de conduta. Flavio pergunta se deve ocorrer em São Gonçalo de o município gerir a pesca como ocorre em Itaboraí. Regina diz que indústria *offshore* foi ocupando a Baía de Guanabara, que não tem onde ter entreposto de pesca, e que na Cidade da Pesca a perspectiva é que vinte e duas empresas de pesca venham se instalar, com geração de quinze mil empregos que não requerem muita capacitação, transformando o município no maior produtor de pescado do estado, com qualidade. Flavio diz da sua experiência de

pescador de alto-mar e colocou que o desembarque traz poluição, que os dejetos são jogados fora. Regina responde que dejetos deverão ser encaminhados para produção de ração e farinha, que não vai ser nada jogado na baía, que em breve haverá apresentação para todos. Juliana sugeriu que a administração da APA poderia convidar a Secretaria de Desenvolvimento do Estado para fazerem uma apresentação da proposta do empreendimento para o conselho. Klinton colocou que vieram técnicos da Secretaria de Desenvolvimento do Estado aqui, que foram dadas sugestões, que a área para onde está sendo planejada a Cidade da Pesca não está na APA Guapimirim, mas é parte da zona de amortecimento da ESEC Guanabara, que a principal sugestão dada a eles é que a proposta deve ser pensar na região como um todo, nos manguezais, na ocupação que se vai ter de toda a região, sem entrar no mérito se aquele seria o melhor tipo de empreendimento para a região ou não. Aluizio, da AMAII, falou que as pessoas que não conhecem o espaço ficam seduzidas ao ouvir sobre o projeto, mas que lhe preocupam algumas coisas, primeiro a escala, segundo que o projeto deve ficar voltado à pesca industrial sendo que lá é tradicionalmente local de pesca artesanal, que é uma situação que temos que pensar muito. Técnica de São Gonçalo disse que se pensou muito na questão da pesca artesanal e como seria isso, que há um olhar sensível para isso e para o impacto do rejeito, que a ideia é fazer um condomínio pesqueiro sustentável, que vai ter uma agenda técnica, uma agenda de governo, uma agenda de associação de moradores, que vai ser um projeto amplamente discutido até fechar o projeto. Aluizio colocou que pescadores gostam da sua atividade, que eles devem ser realocados para atividades parecidas e não achar que basta colocá-los numa fábrica, que não adiantará. Gilberto, da Colônia de Pescadores Z8 falou da sua preocupação com a perda de área para pesca na Baía de Guanabara; pediu para secretaria de meio ambiente do município fiscalizar a fábrica de parafusos no Gradim, que achava que se chama Strong, que uns anos atrás o que saía da fábrica matava os peixes, que a garça que comia o peixe morria quase imediatamente, falou também dos estaleiros que chegaram e jogavam os rejeitos e óleo na água; falou ainda de um produto químico anti-incrustante que se coloca na tubulação que passa por dentro da Baía e que espanta o peixe; finalizou dizendo que o crescimento da indústria de petróleo, que com pré-sal aumentou muito e as bases estão dentro da Baía de Guanabara, que hoje não tem mais espaço para os pescadores, que muitos pescadores estão passando necessidade, que os rios estão poluídos, que as desembocaduras estão assoreadas, trazendo muitos problemas, que são a favor da dragagem das desembocaduras dos rios para oxigenar a água; e que quando o pescador busca alguma atividade alternativa, que o Ibama, o ICMBio, a secretaria de meio ambiente

não deixam, que havia pescadores catando lixo em São Gonçalo e que a secretaria os proibiu de fazer isso. Flavio fez esclarecimento que estão tendo privilégio de participar do Plano de Ação Nacional – PAN – Manguezal, com foco nas espécies ameaçadas do manguezal, e se concluiu que em nenhum lugar do Brasil se identificou o pescador como causador de ameaça ao manguezal. Regina completa que está planejada uma conferência municipal de meio ambiente durante a semana de meio ambiente. Mauricio passou a palavra para outro município se apresentar. Carlos Alberto Moreira, conhecido como Carlinhos, veio representando a secretaria de agricultura, abastecimento e pesca de Itaboraí e justificou ausência do secretário, que está prestando contas referentes à gestão anterior junto ao estado. Ele colocou que há algumas ideias e que já teve reunião com Maurício para um provável projeto para produção de peixes locais em tanques escavados, usando tecnologia desenvolvida por uma universidade de Santa Catarina, a Univali, para produção de robalo. Continuou dizendo que há muitas demandas para serem atendidas muito abate clandestino de bovinos no município e que há então um projeto de fazer abatedouro municipal, que estão em contato com SUIPA para fazer castração de pequenos animais em praças públicas, que tem ideia de fazer arborização no município de forma técnica, pois toda a arborização foi feita de forma voluntária pelos próprios moradores, que é louvável, mas que por outro lado é complicado pois as árvores crescem e causam problemas e depois vão pedir para a prefeitura para tirar. Disse ainda que há uma estrutura de viveiro, que faltam materiais ainda, mas querem estruturar, que na base de fiscalização de um entreposto de pescado, onde tem câmara de resfriamento, que teve problema de projeto e que vai ser adequado. Ele finalizou dizendo que há ações boas que já vinham ocorrendo, como o aproveitamento dos alimentos dos produtores familiares passarem produtos para merenda escolar, e tiveram conversa com nutricionista da secretaria de educação para ter robalo e tilápia na merenda, o bagre africano não foi recomendado para crianças. Aluizio, coordenador da base de Itambi, disse que trabalhava na APA Guapimirim e saiu para assumir o cargo lá, que a fiscalização já ocorre de forma integrada com a APA Guapimirim, onde seguem orientações do coordenador de fiscalização da APA. Continuou dizendo que foi falado de um grande empreendimento, mas pouco sobre o esgoto, que o rio Guaxindiba está muito poluído, que sente tristeza de ver pescador colocar rede de pesca no esgoto, que entende esse problema como o mais grave da Baía de Guanabara. Gilberto, da Colônia Z8, colocou sua preocupação com tanques de tilápia e de bagre africano, que esses peixes são muito predadores e muito resistentes, que já pegou tucunaré na Baía de Guanabara, que é de peixe que fugiu em alguma inundação da fazenda da Sendas, onde

tinha um pesque-pague. Carlos, da secretaria de agricultura de Itaboraí, responde que esses tanques de tilápia estão planejados para locais bem distantes do manguezal, que devem assinar convênio com a Fiperj, que vão ter os cuidados necessários, em locais adequados, que próximo à Baía de Guanabara serão peixes de espécies nativas, como o robalo, em tanques escavados ou em tanques-redes. Regina, da secretaria de meio ambiente de São Gonçalo, respondeu sobre esgoto naquele município dizendo que esgoto é uma questão do estado, que cobra por água e esgoto, que há apenas pequenas redes que atendem a poucas casas, e que acha que deveria ser feito como em Niterói, com uma empresa específica para isso. Pando disse que não há rede de esgoto, que tudo é descarregado na rede de águas pluviais, que CEDAE e outras empresas levam água e não se importam com esgoto. Theresa, da secretaria de meio ambiente de Guapimirim colocou que o secretário é Luiz Fernando Saraiva, que é do município, concursado, havia saído e voltou nesta gestão. Encontrou cerca de quatro mil e quinhentos processos parados e a primeira ação foi dar andamento a esses processos em mutirão; criou núcleo de educação ambiental, que nunca havia existido, retomando atividades nos conselhos; outra ideia foi de trabalhar com secretaria municipal de educação, apoiando projetos nas escolas na área ambiental, e onde não há atividades ambientais nas escolas, a equipe da secretaria propõe atividades. Continuou dizendo que está planejado para membros da equipe fazerem excursões de campo, pois maior parte é de fora do município; falou que gestão anterior levou tudo embora, que estão levando computador e material para trabalhar, mas que estão tocando. Maurício lembrou que recentemente foi criado Parque Natural Municipal das Águas de Guapimirim, Theresa disse que secretario faria apresentação sobre o parque, mas foi convocado para outro compromisso, mas que na próxima reunião será feita essa apresentação. Theresa retomou, falando que estão com problema com lixo, de transbordo, porque lixão foi fechado; falou que há ideia de implantar coleta seletiva nas escolas, que vão começar o cadastramento de catadores de lixo no município. Regina reforçou que no encontro de prefeitos foi falado que há dinheiro, que é só apresentar projetos, principalmente para água e esgoto. Representante de Magé disse que esse discurso de ter dinheiro não é simples assim porque há um entrave político, que às vezes há projetos excelentes, mas o dinheiro não sai porque não há alinhamento político. Regina diz que o projeto tem que ser bem escrito, bem elaborado, que geralmente as prefeituras não há técnicos para isso, por isso estão, naquela secretaria, colocando esforços para capacitar técnicos para escrever projetos. Juliana aproveitou que foi falado sobre lixo para colocar que havia sido distribuído no início da reunião um jornal do Ministério do Meio Ambiente

sobre a quarta Conferência Nacional de Meio Ambiente, cujo tema será resíduos sólidos, e que quem quisesse poderia pegar mais exemplares. Bruno, servidor da secretaria de meio ambiente de Magé, falou sobre as políticas ambientais daquele município. Ele informou que foi criado Parque Natural Municipal Barão de Mauá, em área de manguezal, que já foi uma área bastante degradada, que foi a região mais afetada pelo derramamento de óleo em 2000, onde desde então tem sido feito trabalho de recuperação de manguezal pela Fundação Onda Azul, que culminou em setembro de 2012 na criação do parque, de 116 ha, e devem começar plano de manejo com recursos já aprovados pela câmara de compensação ambiental, que já mais de trinta hectares recuperados, e há plano para recuperar mais quarenta hectares. Ele citou ainda as outras unidades de conservação do município: APA Suruí, que é grande, que abrange quase todo o município, que vai desde o limite da APA Guapimirim até o limite com a APA Petrópolis, mas que não tem conselho gestor nem plano de manejo; a APA Estrela envolve os rios Estrela e Inhomirim e quinhentos metros a partir de cada margem; há também a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, mas que a expansão do Parque nacional da Serra dos Órgãos envolveu a maior parte da RDS, e a área não tem comunidade tradicional e que então deve ser feita recategorização e redelimitação da área. Continuou dizendo que a equipe da secretaria é multidisciplinar, boa, que houve entrada de oito técnicos este ano; Eliane, representante da mesma secretaria complementou, dizendo que a dificuldade tem sido de material, de carros, de equipamentos para vistorias. Bruno falou que uma política que tem sido adotada é de implantação de coleta seletiva, que há projeto piloto no bairro de Maurimarcia em Piabetá; que a equipe esteve esta semana conversando com moradores, e que se der certo a ideia é depois expandir para outras áreas do município. Continuou, dizendo que devem começar a licenciar, que nunca teve no município, que o conselho municipal foi formado mês passado durante a primeira conferência municipal de meio ambiente. Eliane citou que estão envolvidos no PISAM – Projeto de Saneamento Ambiental da Baía de Guanabara, com proposta de revitalização dos rios, que a questão de esgoto também é complicada nesse município. Bruno disse que há uma ideia de se revitalizar o horto, que é uma área grande arborizada, que antigamente lá funcionava um viveiro, e que horto vire área de uso da sociedade, que só tem sido usado porque fizeram um posto do Programa Saúde da Família lá dentro. Eliane colocou ainda que eles têm trabalhado combatendo construções irregulares, que prefeito tem dado carta branca para demolir, que tem tido muita fiscalização para não ter novas construções. Milton, da Z9 disse que se criaram tantas áreas de preservação que são área de exclusão de pescador, que antes de criar uma nova área

protegida que deveria ser tirado esgoto, e ver como vão fazer com pescadores, porque senão ele vai continuar entrando, que precisa sustentar sua família. Milton coloca outro ponto, que prefeitura de Itaboraí dá ajuda de custo para catador de caranguejo em setembro referente ao defeso, mas que a lei federal começa em outubro, então que os outros municípios não dão, então pede aos representantes das prefeituras que estão chegando para que isso seja pedido aos prefeitos, um defeso municipal a partir de setembro. Bruno disse que a criação do parque municipal vai, sim, afetar a cata de caranguejos, mas que no rio Estrela é possível coletar, que nas APAs não há nenhuma restrição de pesca. Milton coloca que são a favor da preservação do meio ambiente, mas que as pessoas fazem parte desse ambiente. Mauricio explica que áreas de exclusão de pesca é um tema que gera debate pelo país todo pois o objetivo é também aumentar o estoque pesqueiro, mas que às vezes tolhe toda a atividade dos pescadores, que na Baía de Guanabara toda são duas UCs de proteção integral, a ESEC Guanabara e agora o recém-criado parque natural municipal em Magé, que pela lei não há qualquer possibilidade de uso dessas áreas, mas que aqui se enfrentou isso quando estava sendo construído plano de manejo da ESEC, e que sugere então de se pensar na possibilidade de prever extração via termo de compromisso como foi feito no plano de manejo da ESEC, em se tratando de extração de recurso por grupos tradicionais e que necessitam disso para sua subsistência. Milton aproveitou para opinar quanto à Cidade da Pesca, que o tráfego de grandes barcos vai atrapalhar muito a pesca artesanal, que os pescadores de Magé pescam em toda a Baía de Guanabara, não só em Magé, e isso ocorre com todos os municípios da Baía. Regina colocou que o projeto ainda está em estudo, em construção, e que isso está sendo considerado. Heloisa, também representante da secretaria de meio ambiente de São Gonçalo, disse que não trabalham com pesca, que há outras pessoas na secretaria que poderiam dar melhores esclarecimentos. Flavio Lontro sugeriu que da mesma forma que setor de pesca se juntou à época do Guaxindiba, que se aproveitasse as secretarias presentes para fazer uma reunião para discutir esses problemas comuns em relação à APA, como o esgoto, a pesca, o defeso. Mauricio sugere, como colocado por Flavio, se faça uma reunião dessa fora do conselho e se firmem parcerias, que em relação ao defeso, que se pode encaminhar a questão para uma análise jurídica do ICMBio, que é uma questão complexa onde uma lei municipal está afetando toda a região. Gilberto disse que se deve fazer um levantamento de quem são os caranguejeiros da região. Mauricio colocou que isso é atribuição do Ministério da Pesca, e que sabe que eles estão fazendo isso. Carlos, da Eco Bike, perguntou se foi feito estudo sobre o bairro onde vai ter coleta seletiva, que quando José Renato começou a pensar nesta

idéia, que ele o chamou para opinar, se não seria mais viável fazer o projeto em comunidades de Santo Aleixo que são menores. Falou ainda que, sobre as áreas protegidas, quando o Parque Nacional da Serra dos Órgãos ia ser ampliado, que tiveram muitas reuniões, então que não há como criar uma nova área protegida à força, então queria saber se é viável chamar os moradores para discutir quando houver novas unidades para serem criadas; disse que Secretaria de Meio Ambiente de Magé foi cachoeira em Santo Aleixo e proibiu de se vender bebida lá, mas que não fiscaliza, que tem orgulho de manter a sede da ONG em Magé, que um município com muito potencial. Bruno respondeu que área de Maurimarcia foi escolhida devido à logística, pois ali é mais perto da Cooperativa de Bongaba. Carlos perguntou se não foi discutido na conferência se ia tirar lixão de Bongaba. Bruno explica que os resíduos serão destinados para a cooperativa de catadores de Bongaba. Sabrina, da ONG Guardiões do Mar, disse que os catadores têm treinamento para separação. Mauricio agradeceu e dirigiu-se aos representantes das prefeituras dizendo que foi muito bom não ter tido descontinuidade na gestão da APA Guapimirim, que a equipe atual vem trabalhando na área há cerca três gestões municipais, que há alguns procedimentos administrativos em andamento com os municípios, dos quais alguns geraram autos de infração, outros, notificações, ou ainda, termos de ajustamento de conduta, e quis resgatar alguns pontos mais importantes a todo o conselho. Com São Gonçalo, há grande preocupação da administração da unidade com o CIESG - Complexo Industrial e Empresarial de São Gonçalo, com a Ilha de Itaoca, com o futuro da ilha, como a implantação da Cidade da Pesca, com os manguezais remanescentes do município de São Gonçalo, com ocupação desordenada, lixo, tendo sido inclusive proposto o estabelecimento de uma base de fiscalização e uma unidade de conservação municipal; o aterro de Itaoca, processo que se arrastou por cerca de dez anos e que a área está sendo remediada, mostrando que há ganhos importantes; o rio Guaxindiba, que deve ter saneamento, que não é possível pensar em dragagem sem antes sanear o rio. Com Magé, sempre foi sugerido a implantação de uma base à margem do rio Suruí como existe em Itambi, e que a APA Suruí deve ser implementada, os moradores devem ser chamados para a gestão da área, com elaboração do plano de manejo e formação do conselho consultivo; há processos abertos sobre ocupação nos bairros confrontantes com o manguezal, como em Várzea Alegre e Barbuda. Representante da secretaria de meio ambiente de Magé fala de retomada de um conjunto habitacional pelo PAC. Mauricio continuou, falando que em Guapimirim, tinha-se preocupação com a área entre o Comperj e a APA Guapimirim, que tem dois mil hectares, que são só fazendas e que existia o temor que se tornasse uma área

urbana com o advento do Comperj, mas que agora se sabe que elas serão desapropriadas para compor o parque natural municipal. Com Itaboraí a preocupação central é o rio Caceribu, que é o indicador de quanto o Comperj e novos empreendimentos trarão impactos à APA Guapimirim, que se está vendo como o rio está piorando, seguindo a história do rio Guaxindiba, que é pelo rio Caceribu que será possível verificar se será possível conseguir conciliar desenvolvimento e conservação. Mauricio encerra a pauta e faz então a apresentação sobre as atividades de dois mil e doze, como uma forma de prestação de contas com a sociedade; foram quarenta e quatro pareceres técnicos sobre avaliação de impacto de empreendimentos, colaboração com Ministério Público Federal ou de atendimento a solicitações do público em geral, e onze Autorizações Diretas, que são oriundos de pedidos de instalação de energia elétrica e atividades não sujeitas a licenciamento; foram soltos oitenta e oito animais e, especificamente, oitocentos e doze caranguejos-uçás apreendidos em fiscalização foram soltos; em relação à recuperação de áreas degradadas, houve um plantio voluntário promovido em parceria com a SOS Mata Atlântica, onde houve plantio em aproximadamente um hectare, e a restauração de oito hectares realizado pelo Innatus, em cumprimento ao um termo de ajustamento de conduta; em relação a pesquisas científicas, foram emitidas dezenove autorizações para pesquisa científica, houve uma pesquisa sobre mapeamento sobre currais, que foi conduzida pela administração da unidade, através da qual se contabilizaram quinhentos e sessenta e sete currais desativados e cento e dezenove ativos; houve participações em eventos externos como no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação e na Feira Verde no Espírito Santo; com o público externo houve trinta e oito eventos, envolvendo mil e quarenta e uma pessoas, sendo que cinquenta e cinco por cento foram de estudantes de graduação ou de pós-graduação; desses eventos destacam-se a visita de procuradores do Ministério Público Federal, outra de representantes do Ministério de Meio Ambiente da Alemanha, do GIZ, que é uma agência de cooperação alemã, e do banco alemão KfW, e outra visita feita por um colégio particular de São Paulo. Mauricio continuou, citando outro projeto de pesquisa conduzido pela administração, que foi direcionado às escolas, onde participaram 28 escolas de Itaboraí, Magé e Guapimirim, abrangendo duzentos e trinta e seis educadores, entre professores, coordenadores pedagógicos e diretores, e mostrou o mapa com a localização das escolas. Mauricio citou que no seminário sobre APAs em Brasília, o doutor Paulo Nogueira Neto, que foi quem criou as primeiras APAs no Brasil, reforçou a necessidade de se trabalhar com escolas, com os professores, que são lideranças comunitárias. Mauricio continuou falando da organização da Primeira Semana de Oficinas Ambientais, que contou

com oficinas de artesanato com materiais recicláveis, de horta e de ciclo da água, e também a comemoração do aniversário de vinte e oito anos da APA, quando houve plantio às margens do rio Guapimirim, barqueata e apresentação dos MCs Caranguejo e Siri; em relação às reuniões do conselho cumpriu a meta de quatro reuniões; em relação à mídia foram vinte e nove reportagens sobre a APA Guapimirim, em grande porcentagem sobre a exoneração do Breno quando houve ameaça à saída dele do cargo de chefia da unidade, mas com produtos muito bons para a imagem da APA, como o Programa Expedições, um Globomar, um do site especializado O Eco, e em da Arte TV, que é uma TV pública franco-alemã, cujos links estão no site da APA. Mauricio citou ainda a publicação da instrução normativa de ecoturismo, que ordena o turismo realizado na APA e que estão tentando implementá-la; e que tem sido feito contato com a Capitania dos Portos, tendo sido recentemente comprometido pelo responsável em se ter um curso de aquaviário voltado para a APA Guapimirim. Mauricio citou ainda os termos de reciprocidade, onde foram mantidos os termos com a prefeitura de Itaboraí e com a ONG SOS Mata Atlântica, que viabiliza o Fundo Guanabara, e foi firmado com a ONG Guardiões do Mar; aproveitou para esclarecer que a prefeitura de Itaboraí faz mais monitoramento que fiscalização, informando sobre estado do rio, por exemplo, e citou ainda a publicação da portaria aprovando o plano de manejo da ESEC Guanabara. Mauricio colocou que em relação à proteção foram realizados 144 patrulhamentos terrestres e 96 patrulhamentos aquáticos, sendo dez noturnos; detalhou algumas ações e apreensões realizadas, que geraram dez autos de infração; abriu então a palavra para perguntas. Houve pausa para almoço às doze horas e trinta e cinco minutos e a reunião foi retomada às treze horas e quarenta minutos. Sabrina, da ONG Guardiões do Mar apresentou o Projeto Uçá, pelo qual há o termo de reciprocidade com a APA Guapimirim, que abrange seis municípios; as ações previstas são de monitoramento do caranguejo uçá, de educação ambiental e de reflorestamento de sete hectares e meio, que está sendo conduzido com apoio da Cooperativa Manguezal Fluminense, dentro da APA Guapimirim; foram feitas parcerias com secretarias municipais de meio ambiente pois também há objetivo de desenvolver políticas públicas para melhoria da qualidade de vida dos catadores; as atividades de educação ambiental serão feitas nas escolas, em associações de moradores ou outros grupos que tenham interesse; estão programadas capacitações para lideranças em conservação de recursos naturais, em consumo consciente e em eficiência energética; para professores, além da parte teórica, também serão propostas atividades para se fazer com os alunos; para os alunos haverá atividades específicas; todas as instituições que se interessarem podem procurar, os cursos

estão abertos e gratuitos; as escolas da região da APA Guapimirim, que participaram dos seminários, serão convidadas diretamente. Juliana fala da ideia que tiveram na construção do termo de reciprocidade foi de levar esses cursos para as bases que formam o conselho, para as pessoas que formam as entidades conselheiras, e nas suas localidades, que não precisa ser na APA Guapimirim. Andrea, da secretaria de meio ambiente de São Gonçalo perguntou como seria feito reflorestamento. Sabrina respondeu que foi contratada a Cooperativa Manguezal Fluminense; acrescentou que será feito um viveiro-escola, com a intenção de receber alunos, e passou contato via folder para as entidades que se interessarem nas capacitações. Em seguida, Adriana Conti fez apresentação do seu trabalho de conclusão do mestrado intitulado Representação e Representatividade na Gestão Participativa de Unidades de Conservação, pela Universidade Federal Fluminense. Ela colocou que o conselho é principal instrumento de representação da sociedade na UC, que o SNUC prevê conselhos gestores. Ela analisou as dezenove UCs federais no estado do Rio de Janeiro, verificando representatividade da composição do conselho e funcionamento do conselho. Ela disse que optou por trabalhar somente com órgãos federais pois todas são administradas por somente um governo, tendo uma política institucional. Ela explicou conceito de representação, analisando quais os setores que estão presentes, e conceito de representatividade, que aborda participação dos conselheiros, se estes estão realmente representando tal setor, por exemplo, se os pescadores estão representando bem o setor de pesca. Adriana colocou que o trabalho foi feito através de observação participante e entrevistas semi-estruturadas com os gestores, que na APA Guapimirim / ESEC Guanabara foi entrevistada a analista ambiental Juliana Fukuda, entrevistou também um representante da secretaria de meio ambiente de São Gonçalo e de uma instituição de pesquisa, que a definição dessas entidades foi feita por sorteio. Ela apresentou como resultados que das dezenove UCs estudadas, dezoito tinham conselho instituído, exceto Floresta Nacional Mario Xavier, mas que a gestora havia informado que seria feito esforço no ano de dois mil e doze para isso, e Mauricio informou que conselho dessa UC foi criado naquele mês; das dezenove UCs, só uma tem conselho deliberativo, que é o da Reserva Extrativista Arraial do Cabo; foi perguntado conselho ser consultivo ou deliberativo é decidido pelo conselho; Adriana explicou que isso está definido na lei 9985/200, que institui SNUC, mas que não impede que os conselhos que não são deliberativos tenham um grande peso da sociedade civil. Ela continuou dizendo que quarenta e quatro por cento dos conselhos não é paritário, que desses só o conselho do Parque Nacional de Restinga de Jurubatiba tem maioria de representantes do governo, os outros têm mais representantes da sociedade

civil; oitenta e nove por cento têm regimento interno; em setenta e cinco por cento dos conselhos os representantes atuais participaram da elaboração do regimento interno; cinquenta e seis por cento dos conselhos seguem regimento interno, outros declararam não seguir à risca, como renovação dos conselheiros a cada dois anos; sobre o processo de recomposição dos conselhos, varia bastante de uma unidade para outra, não há uma diretriz do SNUC. Regina perguntou se regimento interno precisa ser publicado, Mauricio disse que não. Juliana disse que o regimento desse conselho está inserido no CD que foi distribuído aos novos conselheiros. Perguntados se seguem diretrizes para recomposição dos conselhos, 50 % dos gestores disseram que não; as formas de divulgação são por internet, correio, telefone e boca-a-boca, e que ela sentiu falta da utilização do rádio e também que houvesse uma chamada pública mais intensa, não só convidar quem já tem alguma ligação, que se mostrou ser o que ocorre frequentemente. Adriana colocou ainda que maior parte dos conselhos não têm câmaras técnicas ativas, apesar de estarem previstas no regimento; conselho da APA Guapimirim / ESEC Guanabara tem dezenove entidades conselheiras, mas algumas têm mais de trinta e cinco, tendo dificuldade de mobilização. Sobre representatividade, ela apresentou trechos de entrevistas, e concluiu que representação não garante representatividade; nas representações governamentais, muitas vezes os representantes não têm poder de decisão. Ela pontuou ainda que em geral quem define a pauta é o presidente do conselho, que é o chefe da UC; que a secretaria executiva dos conselhos é feita pelo ICMBio em quarenta e quatro por cento, e que a mobilização dos conselhos ainda depende da iniciativa do chefe da UC. Juliana perguntou sobre fortes e fracos dos conselhos da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara. Adriana considerou que este é um dos conselhos mais participativos, considerando seu histórico e suas ações, assim como o do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, que é recente, mas por ser deliberativo acaba trazendo mais participação. Ela percebeu também que neste conselho as decisões da chefia estavam pautadas nas opiniões do conselho. Adriana reforçou que considera importante uma maior divulgação para renovação do conselho, para não ficar sempre com as mesmas pessoas, mantendo os vícios. Rafael Tubino perguntou se existe padrão de participação diferenciada de conselheiros políticos e da sociedade civil. Adriana disse que percebeu isso, sim, porque muitas vezes as secretarias governamentais têm cadeira, mas não mandam representantes, que isso talvez aconteça porque secretarias têm cadeiras fixas, se tiver participação ou não, não muda, já as entidades da sociedade civil, se não forem, acabam sendo retirados. Martin perguntou por que não há representantes de empresa neste conselho, indagou por que a Petrobras não

participa? Mauricio disse que se faz a mesma pergunta, e que isso acontece nos outros conselhos, que é mais comum a participação quando não há conflitos, como empresas de turismo que atuam na unidade, e completou que é interessante a colocação para pensarmos como incluir as empresas neste conselho. Juliana colocou que, além dos conselheiros, há uma lista de entidades que não compõem formalmente o conselho, mas que são sempre convidadas, como o Batalhão Florestal, os Bombeiros, e que a Petrobras está nessa lista, e eventualmente vem um representante à reunião. Calos, da Eco Bike disse que entende que as empresas preferem pagar a multa e não participar, e que as prefeituras não se preocupam em participar. Rafael discorda de Carlos pois neste conselho Breno e Mauricio apontaram em vários momentos que determinada prefeitura não compareceu à reunião, e isso fica marcado, gera histórico. Mauricio colocou que se tentou melhorar representatividade, que foi uma demanda vinda dos conselheiros pois se achava que os conselheiros não estavam representando os anseios da base nem estavam retornando as discussões do conselhos às suas bases, por isso foi enviado ofício para que cada entidade mandasse documentos e indicação de representante, e que só a Cooperativa Manguezal Fluminense, e talvez mais uma entidade, mandou. Mauricio apresentou então o plano de trabalho que foi feito em setembro de dois mil e onze, que deveria ser revisado e referendado pois foi feito apenas com parte do conselho; a primeira meta era identificar as causas de redução dos peixes da Baía da Guanabara, através de diálogo com a Fiperj para obtenção de diagnóstico sobre estoque, consulta à vigilância sanitária e divulgação de resultados de pesquisa e linhas de atuação, além de fomentar pesquisas. Mauricio disse que se chegou a discutir esse assunto no conselho, mas depois o assunto foi colocado de lado por um temor dos próprios pescadores de que aparecessem dados que comprovassem alguma contaminação do pescado. Foi falado também que a um representante da Fiperj colocou que não havia dados de estatística pesqueira, e por isso não tinham como mostrar redução ou não do pescado. Mauricio colocou que é preciso pensar se essa ação deve continuar, mas não era possível fazer isso naquele momento pois não havia nenhuma entidade de pesca para discutir essa meta. A segunda meta é influenciar o licenciamento do Comperj e acompanhar o cumprimento das condicionantes, que seria feito através de fiscalização conjunta entre ICMBio e Prefeitura de Itaboraí e através de visita do Conselho ao Comperj. Mauricio informou que houve uma fiscalização conjunta, mas que acabou não sendo uma visita criteriosa, e que não houve visita dos conselheiros. Lembrou-se que o secretário de meio ambiente de Itaboraí da gestão anterior tinha se comprometido em organizar essa visita. Mauricio colocou que várias ações em relação ao Comperj vêm acontecendo, como a

questão do rio Guaxindiba, e que então se pode considerar a meta como parcialmente cumprida. Mauricio continuou, a meta seguinte era aperfeiçoar a representatividade das comunidades tradicionais no Conselho, que foi sobre isso que ele havia falado havia pouco. Flavio disse que essa decisão ficou só para as entidades pobres, o resto não trouxe. Flavio lembrou que tinha ficado de decisão quando foi feito o plano que seriam formados vários grupos de trabalho, como o de pesca, que isso se perdeu. Mauricio falou que não há perda de informação, que há um processo formal do conselho, onde são inseridas as atas e outros documentos pertinentes, e que sobre a representatividade, que se deve ter o cuidado, desde a convocação, de se verificar se o candidato a conselheiro representa a vontade da entidade que ele representa, que é necessário que ele tenha ligação com a base. Mauricio seguiu com o plano de ação, onde a ação seguinte é de coibir crimes ambientais, inclusive à noite e aos finais-de-semana, e lamentou que os representantes das entidades de pesca não estavam presentes. Mauricio lembrou como foi feito o plano, que foram propostas vinte ações pelos participantes e depois cada um escolhia os mais importantes. Mauricio seguiu dizendo que essas fiscalizações foram feitas, que se falava que um problema é que as denúncias não eram colhidas quando não tinham funcionários na sede, que se colocou então o telefone junto ao vigilante, com formulário de denúncias e deu muito certo, as denúncias chegaram cada vez mais detalhadas, mais qualificadas, então se percebeu que são poucas pessoas que se arriscam a vir à APA à noite, que noventa e cinco por cento dos pescadores estão em acordo com a APA Guapimirim, de acordo com a lei, e que os cinco por cento que não estão em acordo estão se aproveitando dos outros noventa e cinco por cento. Malafaia disse que esses estão se aproveitando dos que estão deixando os animais se procriarem. Mauricio continuou dizendo que esse sistema de denúncia foi sugerido pelo conselho e que foi ótimo, deu muito certo. Perguntou-se como está funcionando isso. Mauricio explicou que antes, se ligavam à noite, não tinha ninguém na sede e o telefone ficava tocando, então se colocou um telefone com o vigilante, que fica vinte e quatro horas por dia, com um formulário padrão, numerado, e a nossa equipe vai anotando as providências que foram tomadas, e com isso agora há condições de dar resposta ao denunciante que por ventura ligar novamente para saber sobre os desdobramentos da denúncia. Mauricio apresentou então o último item do plano de ação, que era envolver o Conselho nas ações de educação ambiental da APA. Juliana colocou que houve uma reunião de um grupo de trabalho no final de 2011, mas que depois não tiveram outras reuniões e perguntou se havia entidades interessadas em compor o GT pois há algumas iniciativas onde é desejável e necessário a ajuda de conselheiros, mas não é

viável ser com todo o conselho. Mauricio lembrou que foi colocado na construção do plano de ação que as discussões do conselho acabam girando muito mais sobre assuntos de pesca e de licenciamento e pouco sobre educação ambiental, e que então se propôs a criação de um GT para conseguir se discutir melhor essa agenda. As entidades que se dispuseram a participar do GT de Educação Ambiental foram Cooperativa Manguezal Fluminense, Acomamea, Instituto Marés, Secretaria de Meio Ambiente de Magé, FAU/UFRJ, Guardiões do Mar, Eco Bike, AMAII, Secretaria de Meio Ambiente de Guapimirim. Flavio sugeriu que houvesse um chamamento para um grupo menor para resolver como identificar causas da redução de peixes da Baía de Guanabara porque com a reportagem que saiu no jornal O Globo, parece que a pesca é só boa, mas quando míngua não mostram. Para compor o GT acordou-se que participariam a Z8, a Z9, a Ahomar, o Sindpesca, e também se prontificaram a participar também a UGF e o Instituto Marés, foi sugerido também a UERJ. Mauricio apresentou então outras propostas de ação que foram levantadas na construção do plano de trabalho, mas que não foram priorizadas, que foram: demarcação das áreas de limitação de pesca, cartilha sobre instrumentos de ordenamento da pesca, retirada de restos de currais, mutirões para cadastramento dos donos de curral, fechamento do Canal de Congurupi, TAC estadual da FCA - verificar destinação dos recursos de Itaboraí, visitas às propriedades rurais vizinhas: questão das águas de pasto, rearticulação com Ministério da Pesca para regularização profissional. Sobre a demarcação das áreas de limitação de pesca, Flavio disse que pode fazer, só precisa de material. Malafaia sugeriu que as prefeituras doassem eucaliptos. Para a cartilha de pesca, Juliana disse que se pode fazer no GT; Rafael manifestou querer participar. Flavio cobrou a régua, Rafael disse que estão desenvolvendo, Mauricio disse que é obrigação da APA Guapimirim, que podem cobrar, e explicou que a régua contém tamanho mínimo de peixes, que surgiu a partir da pesquisa dele sobre pesca amadora na APA Guapimirim. Sabrina disse que Guardiões do Mar fez um chaveiro com régua com tamanho mínimo de caranguejo, que está sendo confeccionado e que trará para distribuição quando ficar pronto. Sobre os currais, após a morte dos pescadores no ano passado foi criado um GT com representantes do Ibama, Ministério da Pesca, Fiperj, ICMBio, academia e que foram feitas duas reuniões; que foi concluído o mapeamento dos currais na APA Guapimirim e que pretende-se apresentar esses resultados para o conselho; que no GT há divergências, que o entendimento da APA Guapimirim / ESEC Guanabara é que as estruturas abandonadas deveriam ser retiradas, alguns defendem que ali são pesqueiros, que eles também funcionam como barreira aos barcos de arrasto, mas que a administração da APA Guapimirim entende que há currais

demais e que deve ser feita ação forte para retirada das estruturas abandonadas. Flavio lembrou que Elmo falava da dragagem dos quatro rios principais da APA, formando um canal até Paquetá, e sugeriu então que a retirada dos currais seria prioritariamente onde seria esse canal. Mauricio explicou que a dificuldade está sendo em envolver a Capitania dos Portos, que o ICMBio, o Ibama, a Fiperj e o Ministério da Pesca analisam a questão sobre suas competências, mas que se não tiver participação da Capitania, fica difícil avançar. Foi citado que os currais aparecem na carta náutica, mas esclareceu-se que eles não são georreferenciados, aparecem como uma área de existência de currais. Mauricio disse que todos os anos ele tem que mandar para a Marinha a localização das bóias de sinalização da APA Guapimirim. Malafaia disse que os currais são mudados de lugar. Mauricio continuou dizendo que hoje não há nenhum curral autorizado porque a Marinha não se manifesta, e está escrito na licença que é necessária aprovação da Marinha, que alguns currais hoje em dia estão de acordo com as normas, e só falta posição da Marinha. Rafael informou que na Lagoa de Araruama a Marinha havia um problema parecido com uma arte de pesca fixa, chamada de gancho, e que a Marinha liquidou o problema definindo as áreas onde esse tipo de armadilha seria permitido. Klinton informou a primeira reunião sobre isso foi após morte dos pescadores e depois se ficou um tempo sem se reunir e que o Ministério da Pesca, que faz coordenação, está querendo retomar o GT; que foi colocado na última reunião sobre a falta da Capitania, e que de parte da APA Guapimirim / ESEC Guanabara foi colocado que o assunto é debatido neste conselho. Mauricio disse que quando saiu a instrução normativa sobre os currais, em dois mil e quatro, que quase todos que havia currais foram ao IBAMA, na Praça XV, que os servidores do IBAMA foram verificar e acharam trezentos e oitenta processos sobre licenciamento de curral, todos os processos estavam em ordem, mas nenhum teve autorização. Mauricio continuou falando das ações, que sobre o fechamento do canal do Cangurupi, em abril devem ser finalizados os estudos, e que como essa ação é indicada nos planos de manejo da APA e da ESEC, esse fechamento será feito com recursos próprios, que não será difícil, a não ser que apareça algum grande impacto ambiental ou social; sobre o termo de ajustamento de conduta com a FCA, devido ao derramamento de óleo em dois mil e cinco, havia sido previsto um milhão e oitocentos mil reais para que a prefeitura de Itaboraí aplicasse na Base de Itambi, mas como a ponte estava caindo por causa de uma enchente, deslocaram o recurso para consertar a ponte. Aluizio informou que a ponte era obra da Odebrecht. Sobre a água de pasto, Maurício explicou que são águas acumuladas depois de períodos de chuva, que ficam acumuladas devido à falta de um sistema eficiente

de comportas, fazendo com que apodreça matéria orgânica, e que as águas escoam de uma vez, pretas e malcheirosas, mas que é de difícil identificação do proprietário responsável, que foi conversado com a Emater como poderia licenciar isso, mas não se evoluiu nessa pauta. Mauricio discorreu sobre outro ponto levantado, que disse ser recorrente no conselho, que é a regularização profissional dos pescadores, que isso foi feito, que o Superintendente da pesca no estado do Rio de Janeiro veio a uma reunião, que os pescadores falaram o que quiseram falar. Flavio disse que não deu em nada. Flavio perguntou sobre as ideias que tinham sido levantadas para o termo de ajustamento de conduta com a empresa Pedras. Mauricio informou a professora Lydia Oshiro, da UFRRJ vai fazer, já que o recurso não é muito grande, um projeto piloto sobre repovoamento de manguezais, e que vai estudar, se viável, onde seria um local interessante para se fazer um laboratório, e que então isso seria um projeto muito maior. Flavio falou que isso é como a história da ponte, que o dinheiro não vai para os afetados. Mauricio deu alguns informes, iniciando pela não-passagem de peças para o Comperj via rio Guaxindiba, que esse foi um caso emblemático, que o Ministério Público Federal está usando esse caso como modelo vitorioso, que esse assunto está encerrado, que já começaram as obras para fazer a estrada em São Gonçalo, que os conselheiros devem se orgulhar muito de ter participado de forma decisiva nesse processo, que passado isso há tranquilidade para se trabalhar uma agenda mais positiva para as unidades. Flavio parabenizou os gestores do ICMBio por terem se disposto a lutar tão firmemente por essa questão, colocando inclusive seus cargos em risco. Malafaia e Flavio lembraram que Breno chegou a ser comunicado da sua exoneração e depois a ministra voltou atrás na decisão. Tatiana apresentou a situação das áreas sob recuperação na APA Guapimirim, que todas essas áreas foram articuladas pela administração da APA Guapimirim para que fossem feitas na unidade, sendo de diferentes fontes e de diferentes financiamentos, como termos de ajustamento de conduta, ações voluntárias e condicionantes para instalação de empreendimentos, que até agora há sessenta e cinco hectares em processo de restauração. Juliana falou que desde o ano anterior estavam batalhando com a Capitania dos Portos para se ministrar um curso de aquaviário para essa região, que não se pode ter essa habilitação junto com a de pescador, que o curso foi garantido pela Capitania, que será de três semanas, que está se tentando fazer o curso nessa região, mas que deve ser no Rio de Janeiro, sem custos para os conselheiros e moradores da região. Nada mais havendo a ser tratado, Klinton agradeceu a presença e a participação de todos, exaltando a importância desse fórum, e a reunião foi

encerrada às dezesseis horas e trinta minutos, tendo sido lavrada esta ata que segue por mim assinada, à qual segue anexa a lista de presença.

JULIANA CRISTINA FUKUDA
Secretaria Executiva do CONAPAGUAPI

REUNIÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DA APA GUAPIMIRIM E DA ESEC GUANABARA

LISTA DE PRESEÇA - 26 DE MARÇO DE 2013



	NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	LETICIA BELOU HASID FERNANDES		Sec MOTO AMB. SÃO CARLOS	(021) 99095402	leticia.belou@ecg.com.br
2	MARC APARECIDO DE OLIVEIRA		" " " "	(021) 7133-5691	cidg.oliv@ecg.com.br
3	Salvatore de Araújo				
4	LUIZ FERREIRA DA SILVA		Sec. do Ambiente Guapimirim	(21) 9537-0922	Ferreira.lui@icmbio.gov.br
5	Ricardo José Gonçalves		UNIAVI	(81) 95106570	
6	CLAUDIO MENDONÇA DA SILVA		COOPERATIVA MINEIROZUL RUMENSE	(21) 8697.0281	cooperativamz@ig.com.br
7	MARILDO MALLAQUIA		COOP. MA. M. S. C. L. S. L. U. P. M. O	(047) 2332.7434	MA.LAFIA@COOP.MA.M.S.C.L.S.L.U.P.M.O
8	JOSE ROSARIO NEVES DOS SANTOS		COMARFEMA	04167889343	COMARFEMA@GMAIL.COM
9	RINALDO SABINO DOS SANTOS		ICMBIO/ APA GUAPIMIRIM	(21) 2633.0079	
10	Apimara de Oliveira da Silva		ICM BIO/ APA GUAPIMIRIM	(21) 8218-0864	JOSIBIORS@HOTMAIL.COM
11	ARCILAS AUGUSTO M. DA SILVA		ASS. Ecológica B. I. G.	(21) 85125929	ecologica.bike@gmail.com
12	Therese Chaves		Sec. meio Ambiente	21 8618 5034	therese.chaves@icmbio.gov.br
13	GUSTAVO C. DUQUE ESTRADA		INSTITUTO MZES	(24) 9112-0707	GUSTAVO@INSTITUTOMZES.PR
14	Felipe Cabral		SEC. Meio Ambiente SG	91353836	BIOCAD@GMAIL.COM
15	Belain Baroni		Sec. M. Amb. S. G.	8883-5083	Belainbaroni@hotmail.com
16	Reina Nascimento		EM - SG. Companhia de Meio Ambiente	(021) 9772-9701	REINANASCIMENTO@GMAIL.COM
17	TANIO ANGELOFF PAUDOFF		INSTITUTO SOLAR BRASIL	(021) 8844-5570	TANIO.ANGELOFF@GMAIL.COM



REUNIÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DA APA GUAPÍRIM E DA ESEC GUANABARA

LISTA DE PRESENÇA - 26 DE MARÇO DE 2013

	NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
18	Paulo AUGELLO FAVRETTI	<i>[Signature]</i>	FAZENDA SAAE - IABOBAI	(21) 3029.872	PAULO.AUGELLO@FAZENDA.IABOBAI.COM
19	ALVIZIO VESPOLISA	<i>[Signature]</i>	ANALIS ASSOCIADOS DE NOTARIAS E AMIGOS SIVILIADES (750942)	(21) 2607-8727	ALVIZIO.ALVIZIO@FAZENDA.IABOBAI.COM
20	Sabrina Sadu	<i>[Signature]</i>	Guardião de Man	21.71.2.13.70/30058016	brbabinasada@hotmail.com
21	Alina Fontes	<i>[Signature]</i>	Guardiões do mpr	(21) 3605.8016	alinafontes@opm.com
22	MURICIO MARQUES FIGUEIRO	<i>[Signature]</i>	ETER- RIO	(21) 2633-3591	estecmg@eter.com.br
23	AUGUSTO CALDIAS DE ARAUJO	<i>[Signature]</i>	ÁGUA DOCE	(21) 9479.1048	AUGUSTO@HOTMAIL.COM
24	MARTIN OBERMAYER	<i>[Signature]</i>	UFRI	(11) 8265-0500	MARTIN@PPE.UFRJ.BR
25	Vanderlei Mendes da Silva	<i>[Signature]</i>	Equo doce	(21) 2647.1435	
26	ALVIZIO FERNANDES	<i>[Signature]</i>	ITAPERAI SÉ D. PESCA	21.2773.5558	ALVIZIO.FERNANDES@IABOBAI.COM
27	WILTON RICARDO V. COSTA	<i>[Signature]</i>	SÊC. AGRIC. ITAPERAI	(21) 74020531	WILTON@IABOBAI.COM
28	DAELOS ALBERTO ROFOSO MOREIRA	<i>[Signature]</i>	SÊC. AGRICULTURAS E PESCA	(61) 9627-1167	CORDILHEIRADENUVENS@YAHOO.COM.BR
29	Bruno Torres Braga da Silva	<i>[Signature]</i>	SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE DE NAGE	(21) 9553-7645	brunotb@foratalens.br
30	Glauco Sampaio	<i>[Signature]</i>	SEC. MUN. DE NAGE M-4	(21) 2647.1214	glauco@foratalens.br
31	Gilberto Alves	<i>[Signature]</i>	COLODIA 28	26218485	
32	Flávio Diniz Gaspar Loureiro	<i>[Signature]</i>	COABORADOR	(21) 9578-0016	Flavio.loureiro@ig.com.br
33	Inêz de Azevedo Isidoro	<i>[Signature]</i>	PROTAG-FAO-UFRI	(21) 8715-2966	INSISIDORO82@gmail.com
34	Yana dos Santos Mendes	<i>[Signature]</i>	UFF- GEOGRAFIA	(21) 91615403	yanasdos@uff.br



REUNIÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DA APA GUAPIRIMIRIM E DA ESEC GUANABARA

LISTA DE PRESEÇA - 26 DE MARÇO DE 2013

	NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
35	Adriano Fontoura	<i>Adriano Fontoura</i>	EICOS/UFES	81483756	viuff@vetecad.com
36	MILTON M. FILHO	<i>Milton M. Filho</i>	COLENIUS UNIVERSIDADE CATÓLICA	85731154	
37	RAPHAEL DE AMBROSIO TUBINO	<i>Rafael Tubino</i>	FILHO	9201-3979	RATTUBINO@GMAIL.COM
38	KLINTON VIEIRA SARAIVA	<i>Klinton</i>	ICUBIO	(21)2633-0079	
39	ADRIANA CONTI DE REZENDE	<i>Adriana Conti de Rezende</i>	PECA JUFF	8781-5804	adri.conti@gmail.com
40	LEONARDO VIDAL SANTOS	<i>Leonardo</i>	SNMA - MAGE	(21)918215357 (21)2447-1214	LEONARDOVIDALSTOS@GMAIL.COM MAGIA-QUEST@GMAIL.COM
41	Andressa Riuemi Santone	<i>Andressa</i>	APA Guapimirim	612633-0079	andressa_santone@icmbio.gov.br
42	Haurício Barbosa Muniz	<i>Hauricio</i>	APA Guapimirim	(21)2633-0079	mauricio.muniz@icmbio.gov.br

43 JULIANA C FUKUDA *Juliana Fukuda* icmbio

44 TATIANA FIGUEIRA DE MELLO *Tatiana Figueira de Mello* ICMBio

icmbio.gov.br
Juliana Fukuda e icmbio.gov.br
Tatiana Mello
icmbio.gov.br